

---

## ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: O CASO DO MAB/TO

**Atamis Antonio Foschiera**<sup>1</sup>

foschieraa@uft.edu.br

**Lucione Sousa Batista**<sup>2</sup>

souzamst@hotmail.com

**Antonio Thomaz Junior**<sup>3</sup>

thomazjr@gmail.com

**Resumo** – A ação organizada dos atingidos por barragens, no Brasil, tem seu processo inicial na década de 70 e vai se inserir dentro da lógica organizativa dos Novos Movimentos Sociais, que estavam surgindo naquele momento. A igreja católica, por meio da sua opção de estar junto aos pobres, e que será muito expressa na Teologia da Libertação, vai ser uma das principais propulsoras do ressurgimento dos movimentos sociais no Brasil. O Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens – MAB vai se formar a partir da aproximação dos atingidos organizados de várias barragens existentes no país. Ao longo de sua trajetória o MAB foi definindo e redefinindo suas políticas de ação, passando da busca de “indenizações justas” para o “não as barragens” e, na atualidade, destaca-se a luta contra o preço da energia. Este artigo se propõe a apresentar, de forma descritiva, o processo histórico organizativo do Movimento dos Atingidos pela Barragem Lajeado (UHE Luis Eduardo Magalhães) localizada no rio Tocantins, entre os municípios de Lajeado e Miracema, ambos no estado do Tocantins. É um empreendimento privado que foi 100% financiada com dinheiro público. Ligado à construção da usina hidrelétrica de Lajeado é que vai se formar o MAB/TO, quando já havia iniciada a construção da UHE de Lajeado. As ações realizadas pelo MAB/TO foram reuniões nas comunidades atingidas, mobilizações, seminários, debates em escolas, em câmaras de vereadores e a aproximação com órgãos públicos. O apoio da ONG Consaúde e da Escola Família Agrícola foram importante para a formação do MAB, enquanto a Igreja teve uma contribuição limitada, sendo o Movimento importante na formação da Pastoral da Juventude. Pela organização junto ao Movimento foi possível ampliar de forma considerável o número de famílias de atingidos indenizadas e o valor embutido nas indenizações.

**Palavras-Chave:** indenização, MAB, atingidos, hidrelétrica.

---

<sup>1</sup> Professor do curso de Geografia da UFT/Campus de Porto Nacional; integrante o CEGeT/FCT-UNESP e NEMAD/UFT.

<sup>2</sup> Aluno do Curso Especial de Geografia FCT/UNESP – PRONERA.

<sup>3</sup> Professor dos cursos de Graduação e Pós-Graduação em Geografia/FCT/UNESP/Presidente Prudente; Coordenador do Grupo de Pesquisa CEGeT.

**SOBREVOANDO O TEMA**

A organização e ação popular, defendendo seus interesses, ocorrem de várias formas e vão se transformando e se ajustando ao longo da história. Fica visível no Brasil dois momentos bem distintos na estruturação dos movimentos sociais: Velhos Movimentos Sociais - VMS e Novos Movimentos Sociais – NMS (Scherer-Warren, 1996)

Os VMS ocorreram antes do golpe militar no país (1964) e, no campo, estavam ligados a figuras carismáticas, que concentravam grandes poderes sobre seus integrantes. A luta armada foi um marco presente destes movimentos.

Neste contexto, Oliveira (1996) descreve vários exemplos que se destacaram em nível nacional: Contestado (Santa Catarina e Paraná, 1912), Trombas e Formosa (Goiás, 1952), Ligas Camponesas (Nordeste, 1950-1960).

Os NMS têm sua projeção na década de 70. Surgiram combatendo a repressão imposta pelo Estado a partir da tomada do poder pelos militares e questionando as formas de dominação que o capital vinha impondo sobre os trabalhadores. Buscam o fortalecimento da sociedade civil, para que ela tivesse maior poder de decisão sobre seus rumos.

Grzibowsky (1991) destaca alguns dos NMS no campo que tem abrangência nacional: o Movimento dos Sem-Terra

(MST), o Novo Sindicalismo Rural, o Movimento das Mulheres Agricultoras (MMA), o movimento dos camponeses integrados, o movimento dos operários do campo. São grupos sociais que passam a se manifestar, buscando um espaço para si e seu reconhecimento social. Buscam uma identidade e o seu reconhecimento como cidadãos.

Na visão de Almeida (1994:4)

a luta pela terra, **a resistência que opõem os pequenos produtores à construção de barragens hidrelétricas que os ameaça de expropriação**, as tentativas de implantação de novos assentamentos rurais em áreas conquistadas através da luta pela reforma agrária, as críticas e as reivindicações concernentes às políticas agrícolas do Estado, a experimentação mais ou menos sistemática e organizada de novas tecnologias que sejam mais adaptadas às necessidades e a situação da pequena agricultura, são algumas das orientações que guiam o movimento de contestação atual.

É dentro das características dos NMS que vai surgir o Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB.

Na década de 70, no contexto da crise mundial do petróleo, para manter o crescimento econômico e demanda por energia elétrica, movido pelo desenvolvimento acelerado da economia, o governo brasileiro investiu em projetos de construção de Usinas Hidrelétricas, consideradas de baixo custo de investimento e de grande produção de

energia. (MAB – Curso de Formação de Militantes)

Dentro destas políticas são projetadas as hidrelétricas de Itaparica no rio São Francisco, Itaipu no rio Paraná, Machadinho e Ita no rio Uruguai, Tucuruí no rio Tocantins, entre outras.

Das construções de hidrelétricas resultou a mudança de mais de 1 milhão de pessoas, que foram atingidas pelas águas represadas, para novas áreas. Esses reassentamentos não ocorreram sem antes ter havido muitas manifestações por parte dos atingidos, que não aceitavam, sem questionamento ou protestos, ter que sair de forma compulsória das áreas onde se encontravam.

Com o intuito de ampliar a luta dos atingidos por barragens, que estava regionalizada, ocorreu em 1989 o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens, onde optou-se pela constituição de uma organização em nível nacional para fazer frente aos planos de construção de grandes barragens no Brasil. Em março de 1991 ocorreu o I Congresso Nacional dos Atingidos por Barragens, no qual se oficializou a constituição do Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), em escala nacional, e declarou-se o dia 14 de março como Dia Nacional de Luta Contra as Barragens, que vem sendo marcado com manifestações dos atingidos para chamar a atenção sobre a construção de barragens e a situação dos

atingidos. Os atingidos perceberam que além da luta isolada em sua região pela garantia de indenização, deveriam se confrontar com o modelo energético nacional e internacional. Para Vieira (2001) esse foi um passo importante para consolidar a identidade dos atingidos na sua transformação em atores políticos e sociais.

O MAB tornou-se um movimento popular que visa organizar a população atingida ou ameaçada por barragens para lutar contra a construção de grandes barragens e/ou pela garantia de seus direitos de indenização, colaborando com isso para a construção de um novo modelo energético. Articula os interesses dos atingidos frente as empresas, autoridades, Estado e outras entidades envolvidas nos projetos de construção de hidrelétricas. (MAB-Caderno nº 7).

Os integrantes são, na maioria, pequenos agricultores, trabalhadores rurais sem terra (meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas, posseiros etc.) povos indígenas, populações quilombolas, pescadores e mineradores.

O setor elétrico passou por um processo de reestruturação<sup>4</sup> a partir dos anos 90, levando, entre outras coisas, à

---

<sup>4</sup> Ocorreu a reestruturação do capital na sua atualidade, que vem levando a uma série de estudos sobre o tema em diferentes setores da vida social. Isto é perceptível por trabalhos que buscam discutir a reestruturação urbana, do campo, do setor de transporte, de comunicações, no mercado de trabalho etc.

desverticalização de suas atividades, a privatização dos setores de geração e distribuição de energia elétrica, criando o mercado de energia e diferenciando os consumidores entre cativos e livres (GONÇALVES JUNIOR, 2007; Pinheiro, 2006). No que tange à construção de hidrelétricas, vai ocorrer a formação de consórcios privados para construí-las, sendo que a energia poderá ser vendida ou consumida pelas empresas geradoras. Neste sentido, a construção de hidrelétricas passa a ser uma nova forma do capital se territorializar, enfrentando diretamente os atingidos que buscam não serem desterritorializados ou garantirem o máximo de ganho no processo de des-reterritorialização.

Fazendo frente à reestruturação do setor elétrico, o MAB vem buscando criar novas formas de territorialização e novas territorialidades<sup>5</sup> para enfrentar esta ação do capital no setor elétrico, como evidenciar o alto valor de energia que passou a ser pago pelos trabalhadores, o benefício que as empresas eletrointensivas<sup>6</sup> têm em pagar baixos preços de energia (mesmo que gerem poucos empregos e sua produção esteja voltada para o exterior), o

Movimento passa a ter uma maior inserção em redes de movimentos sociais (Via Campesina é um exemplo), busca atuar junto organizações de trabalhadores urbanos de baixa renda que tem direitos diferenciados no preço da energia e que não estão sendo respeitados pelas empresas distribuidoras de energia.

No rio Tocantins foi projetado uma série de usinas hidrelétricas, sendo que algumas já estão gerando energia, outras estão em processo de construção, várias foram licitadas e outras estão apenas em projeto.

Em meio à discussão sobre como vinha sendo feita a indenização aos atingidos pela barragem de Lajeado<sup>7</sup>, no rio Tocantins, é que vai se formar o MAB/Tocantins, que posteriormente vai ampliar sua ação para junto de futuros atingidos de outras usinas que passaram a ser construídas e também junto com os futuros atingidos de usinas hidrelétricas que ainda não tiveram suas construções iniciadas.

## CONHECENDO O PIVÔ DO CONFLITO

<sup>5</sup> Estas novas ações levam a uma ação do Movimento para além da área impactada pela construção da obra de represamento do rio, para além das “barrancas dos rios” como é falado pelos seus integrantes. Porém as atividades locais continuam a serem consideradas importantes.

<sup>6</sup> Empresas que consomem energia intensivamente. Destacam-se empresas ligadas aos setores de celulose, química e minerais.

<sup>7</sup> O nome oficial dado à usina é Luis Eduardo Magalhães e Lajeado é o nome conhecido regionalmente por se encontrar próximo à cidade com este nome. A não utilização do nome oficial do empreendimento mostra a insignificância da referida pessoa para os moradores do local.

A bacia hidrográfica do Araguaia-Tocantins abrange terras das Regiões Centro-Oeste (DF, GO, MT), Nordeste (MA) e Norte (TO, PA), numa extensão de 800 mil Km<sup>2</sup> e abrange áreas dos biomas Cerrado e Amazônia, e encontram-se no seu interior vários grupos populacionais tradicionais e diferentes povos indígenas. O estado do Tocantins tem 100% de seu território nesta bacia hidrográfica.

Sua posição e a abundância de recursos naturais, especialmente dos recursos hídricos, conferem à região um caráter estratégico nas políticas de ocupação territorial no país. Além do avanço das atividades ligadas à agropecuária e da exploração mineral, o aproveitamento do potencial hidrelétrico e as possibilidades do desenvolvimento do transporte hidroviário, para o escoamento da produção agrícola regional de exportação em direção aos portos do norte, são vistos como oportunidades de investimentos apontados como prioritários no contexto do planejamento nacional para essa bacia (Brasil: Minuta do Termo de Referência).

A projeção e construção de uma série de usinas hidrelétricas nos rios Tocantins e Araguaia vem gerando conflitos entre atingidos e os grupos que defendem os grandes projetos.

No ano de 1972, a ELETROBRAS inicia o inventário do rio Tocantins através do estudo sistemático de um

aproveitamento hidrelétrico. Em 1974 a ELETRONORTE, recém criada, assume a responsabilidade por esse projeto realizando estudos técnicos, econômicos e ambientais. Já, em 1995, a Central Elétrica do Tocantins (CELTINS), privatizada, retoma com a autorização do DENAEE, os estudos do médio Tocantins, com o interesse direcionado para o projeto Lajeado. Em julho do mesmo ano o governo autoriza a CELTINS a realizar os estudos de viabilidade da usina. Em novembro de 1997 ocorre a licitação do empreendimento, o qual foi adquirido pelo Consórcio INVESTCO, formado pelas empresas Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (CELTINS), Empresa de Eletricidade Vale do Parapanema (EEVP), Companhia Energética de Brasília (CEB) e Eletrecidade de Portugal S.A. (EDP) e Companhia Paulista de Energia Elétrica (CPEE). A Outorga do empreendimento foi assinada em dezembro de 1997, sendo que em 1998 iniciam-se as obras da Usina de Lajeado, sob responsabilidade de empresas privadas, mas 100% financiada com dinheiro público (FERREIRA 2003 e ARAÚJO 2003).

## VISUALIZANDO O CONFLITO

O projeto de construção de usinas hidrelétricas no rio Tocantins é resultado de estudos realizados nos anos 70 (séc.

XX), durante o governo militar, e que foram reavivados na década de 90, após a criação do estado do Tocantins.

Projeteu-se para o rio Tocantins uma série de usinas hidrelétricas, formando um plano de desenvolvimento, integrando o sistema energético, que teria em um extremo a usina de Tucuruí, no Pará, e no outro extremo, a usina de Serra da Mesa em Goiás. Entre essas usinas deveria ser construída uma série de hidrelétricas que além de fornecerem energia, formariam um grande lago, dando condições de navegabilidade, mesmo no médio e alto curso do rio Tocantins (Figura 1). Deste projeto já foram construídas as usinas hidrelétricas de Tucuruí (PA), Serra da Mesa, Cana Brava (GO), Lajeado, Peixe Angical e São Salvador (TO). Cabe destacar que várias outras usinas hidrelétricas foram planejadas para serem construídas nos afluentes do rio Tocantins, o que, também, viria a contribuir para o estado de Tocantins ser um grande exportador de energia elétrica

Juntamente com a construção das usinas hidrelétricas ocorre o desalojamento e reassentamento de milhares de famílias, que sofrerão drásticas mudanças no seu modo de vida. Estima-se que, apenas no

leito principal do rio Tocantins, somando-se a população já reassentada e os futuros atingidos, serão afetadas aproximadamente 45.000 famílias (MAB/TO, 2000). Já é uma grande perda para essas famílias terem que abandonar suas residências e comunidades onde construíram suas histórias, mas o problema se agrava, pois terão ainda que lutar para conseguirem uma indenização justa, se isto for possível algum dia.

A usina hidrelétrica de Lajeado foi a primeira a ser construída no rio/estado do Tocantins e marca o início das ações do MAB no estado. Ocorreu o lançamento da pedra fundamental da usina em julho de 1998 e entrou em funcionamento em outubro de 2001.

A obra foi construída no limite dos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, inundando também áreas dos municípios de Palmas, Porto Nacional, Brejinho do Nazaré e Ipueiras - numa área de 630 Km<sup>2</sup>, formando um reservatório de aproximadamente 170 km de comprimento (FERREIRA: 2003). Foram atingidos tantos residentes nas áreas rurais dos seis municípios, como residentes em áreas urbanas nas cidades de Porto Nacional, Palmas e uma vila no município de Ipueiras.

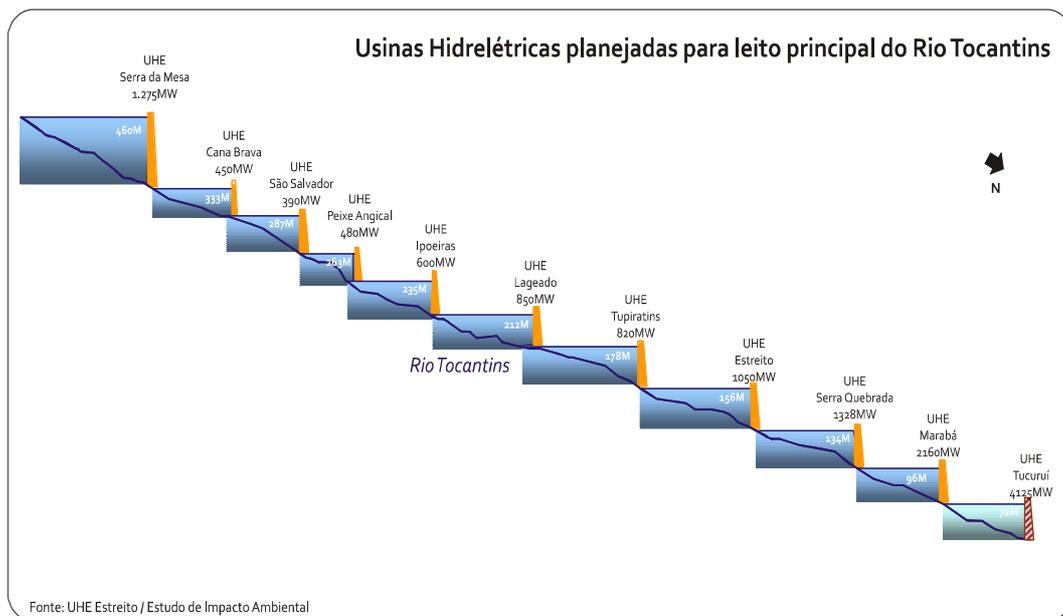


Figura 1- Usinas hidrelétricas planejadas para o rio Tocantins

Dentre os atingidos podemos destacar diferentes grupos, levando em consideração as atividades que exerciam. Destacam-se os ribeirinhos, que viviam de uma agricultura de subsistência, pesca, coleta de frutos, que eventualmente vendiam alguns dos produtos oriundos de seu trabalho nas feiras existentes nas cidades; os barraqueiros/garçons, que montavam barracas nas temporadas de praia (junho-agosto) no rio Tocantins<sup>8</sup>; os barqueiros/canoeiros, que eram responsáveis pelo transporte dos turistas para as ilhas ou para a beira dos rios onde encontravam-se os bancos de areia; os dragueiros, que exploravam areia e seixos nas margens do rio Tocantins; os

caçambeiros, que faziam o transporte de areia e seixo extraídos nas margens do rio Tocantins; os ceramistas, que produziam tijolos e telhas para a construção civil; os patroleiros, que faziam conservação e abertura de estradas vicinais em áreas a serem encobertas pelas águas (ARAÚJO 2003).

A diversidade de grupos atingidos dificultou a organização MAB, sendo que o mesmo influenciou na organização desses grupos, sem estes terem maiores compromissos com o Movimento, com exceção dos ribeirinhos, que deram a identidade ao MAB/TO. Várias foram as manifestações destes grupos atingidos, porém, boa parte delas se deram de forma isolada por grupos.

<sup>8</sup> No período de da estiagem, quando as águas do rio Tocantins baixam, ficam bancos de areia em suas margens ou ilhas, que nos meses de junho a agosto são muito freqüentadas por turistas, movimentando uma considerável quantidade de capital e criando vários empregos temporários.

Segundo documentos de arquivo do MAB/TO, estudos da THEMAG apontavam que 1.900 famílias seriam

atingidas pela construção da Barragem, mas depois de muitas reivindicações, acabaram sendo indenizadas 4.969 famílias.

## A FORMAÇÃO DO MOVIMENTO

A formação do MAB, no Tocantins, se deu quando já tinha ocorrido o processo de licitação e já havia iniciada a obra da construção da UHE de Lajeado, quando muitas negociações já haviam sido efetuadas e as famílias encontravam-se em situação de completa desordem. A partir de um seminário que buscava discutir os impactos da barragem de Lajeado, integrantes do MAB Nacional foram convidados, por meio do Conselho Missionário Indigenista (CIMI) e representante da Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Estado do Tocantins (FETAET<sup>9</sup>), a visitarem a região e colaborarem na organização dos atingidos.

Posteriormente vieram mais três lideranças do MAB Nacional, da região Sul, que deveriam ficar por um tempo limitado na área, até formarem lideranças locais para assumirem os trabalhos, porém, uma destas lideranças passou a residir permanentemente na área. Estas lideranças já dispunham de uma experiência de

construção de barragens, mas em modelo estatal, em que as discussões e negociações se delinearam em um contexto diferencial, pois agora se deparavam com a construção sob responsabilidade privada (Ferreira, 2003).

Por ser uma discussão nova no estado do Tocantins e devido ao baixo poder de organização e ação conjunta dos diversos grupos atingidos, a atuação do MAB, no início, foi repleta de dificuldades. Soma-se a isso o uso político de algumas autoridades como barganha eleitoral e a pressão e repressão do governo estadual sobre os atingidos que se organizavam.

Na formação do MAB/TO os representantes do Movimento Nacional contaram com o apoio de várias entidades, entre as quais podemos destacar o CIMI, que colaborou com infra-estrutura e rede de comunicação; a ONG Comunidade de Saúde, Desenvolvimento e Educação (CONSAÚDE), por meio de sua rede de comunicação, infra-estrutura e pessoal para visitar as comunidades atingidas; a Escola Família Agrícola (EFA), com estrutura e colaboração de alguns professores e estudantes na organização dos atingidos; o Instituto de Formação Sindical (IFAS); e o Partido dos Trabalhadores (PT), colocando suas redes de contatos a disposição.

Paralelamente à criação do MAB/TO foi criada a Pastoral da Juventude Rural (PJR), na cidade de Porto Nacional. Além da contribuição da Igreja Católica, a

<sup>9</sup> Destacou-se representante da FETAET, pois a entidade não assumiu maiores compromissos nesta questão.

participação da EFA, da Consaúde e do MAB foram fundamentais para a consolidação da PJR. A relação do MAB com a PJR foi muito imbricada, pois o Movimento contribuía com base teórica sobre discussão de grandes projetos, com destaque para as barragens e, também ajudava na locomoção dos integrantes da Pastoral para as comunidades. Ao mesmo tempo, os integrantes da PJR, ao realizarem suas atividades nas comunidades da Diocese, tinham como um dos temas de debate os impactos dos grandes empreendimentos, dando destaque às barragens, que eram uma realidade que envolvia muitas das comunidades visitadas. Com o passar do tempo as lideranças da PJR, da Diocese de Porto Nacional, acabaram fazendo o curso de militante do MAB<sup>10</sup>, aproximando-se ainda mais da ideologia do Movimento e assumindo sua metodologia de ação e seu discurso. Ao final do curso algumas lideranças da PJR passaram a atuar diretamente junto ao MAB/TO.

As primeiras ações realizadas pelo MAB/TO foram reuniões nas comunidades atingidas, mobilizações, seminários, debates em escolas, em câmaras de vereadores e a aproximação com órgãos públicos. Apesar destas ações, a participação dos atingidos era limitada, sendo que nas ocupações do escritório da

empresa que se localizava na cidade de Palmas, em maio de 1999 e dezembro de 1999, não conseguiram juntar mais que 150 pessoas, na maioria ribeirinhos. O motivo das ocupações era forçar uma reunião com a empresa para debater questões envolvendo indenizações sobre bens não relocáveis (casa, curral, cerca, pastagens, pomares etc.) e reassentamento. Se com a primeira ocupação praticamente não se obteve maiores ganhos, com a segunda, conseguiu-se forçar uma reunião entre as famílias atingidas, o empreendedor, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e o Instituto Natureza do Tocantins (NATURATINS), momento em que não houve entendimento entre as partes, porém levou à formação de uma Comissão Interinstitucional para delimitar os problemas existentes e construir uma proposta para os conflitos que vinham se ampliando cada vez mais. Essa Comissão se tornou fórum legítimo de discussões e deliberações sobre conseqüências da construção da Usina de Lajeado (MAB/TO - Arquivos).

A partir de então as discussões tomaram novos rumos e é produzido um Plano Emergencial, que continha as primeiras aproximações para um processo (mais) legítimo e participativo de discussão sobre os impactos da UHE. Em seu escopo foram definidas diretrizes e

<sup>10</sup> O curso foi realizado nos anos de 2001 e 2002, em quatro etapas, sendo a primeira no TO, depois BA, MG e a última em SC

procedimentos a serem tomados pelo empreendedor com relação aos assentados rurais. Assim, vários órgãos públicos que agiam apenas como fiscalizadores e garantidores de acordos pré-estabelecidas, passaram a agir como parceiros e mediadores nas várias discussões geradas.

Nos dias 10 e 11 de dezembro de 1999 ocorreu, na cidade de Palmas, um evento em comemoração a o Dia Internacional dos Direitos Humanos, onde se fizeram presentes integrantes de movimentos sociais, ONGs, sindicatos e Pastoral da Mulher Marginalizada, no qual foi divulgado uma Moção de Repúdio à discriminação contra a mulher atingida por barragem por parte da INVESTCO e THEMAG<sup>11</sup>, por darem um menor peso às mulheres no momento de se realizarem as indenizações. Esta discriminação ocorreu em documento lançado pelas empresas que explicava como seria a forma de indenização, na qual o **homem equivalia a uma força de trabalho**, enquanto a **mulher equivalia 0,8 força de trabalho** (ARAÚJO, 2003).

Um diferencial passou a ser percebido a partir do final do ano 2000, depois que um grupo de lideranças das comunidades atingidas visitaram um reassentamento de atingidos pela hidrelétrica de Salto Caxias, no Paraná, e puderam perceber os ganhos que os atingidos obtiveram a partir do momento que se organizaram e passaram a

lutar por direitos que a empresa responsável da época lhes negava.

Com o processo de organização e atuação do MAB/TO conseguiu-se ampliar de forma considerável o número de indenizações. Barqueiros, barraqueiros, dragueiros patroleiros, oleiros e outros grupos que se organizaram conseguiram receber indenizações, sendo que o valor variava segundo a atividade que executava. Outras pessoas que praticavam a mesma atividade e preferiram entrar na justiça para exigir seus direitos, até o momento, não receberam indenizações.

Os ribeirinhos que eram proprietários conseguiram que as indenizações fossem pagas com um ágio de 75% sobre o valor da propriedade. Cabe salientar que, durante o processo de negociação, muitos corretores imobiliários e particulares compraram terras baratas para especular no momento das indenizações. Os ribeirinhos que não possuíam título de terra e, num primeiro momento, não teriam direito à indenização, conquistaram 4 ha por família e, que, num segundo momento de luta, foi ampliado para 10,5 ha. Está área de terra estava acompanhada de infra-estrutura de casa com acesso a água, cerca, paiol, centro comunitário, escola, posto de saúde, galpão para equipamentos coletivos (trator, grade, plantadeira etc.), campo de futebol, quadra de areia. Os moradores da área urbana, duas comunidades que agruparam junto ao MAB, obtiveram, além de um lote com

<sup>11</sup> Empresa que prestou consultoria para avaliar impactos sociais e ambientais do empreendimento.

casa, área de terra maior onde utilizam com agropecuária voltada à subsistência.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Movimento dos Atingidos por Barragens/TO, apesar de ter se organizado quando o empreendimento já estava em fase de construção, teve uma contribuição importante na forma de indenização que ocorreu aos atingidos pela barragem de Lajeado. O MAB/TO não agregou de forma orgânica os diversos grupos sociais atingidos pelo empreendimento, sendo que os ribeirinhos foram quem mais assumiram a identidade do Movimento, porém teve uma importante contribuição com setores que fizeram suas lutas mais isoladas, como barqueiros, barraqueiros, caçambeiros etc.

O conhecimento das condições em que foram reassentados atingidos no Sul do país, obtido pela visita de campo, deu um importante impulso para que mais atingidos pela UHE de Lajeado se envolvessem na discussão sobre indenizações e de forma mais aguerrida. Também foi determinante no desfecho das indenizações a organização da Comissão Institucional, que privava por um processo de indenizações justas e tinha o poder legal de exigir que as decisões da mesma fossem colocadas em prática.

As indenizações pagas aos atingidos organizados pelos empreendedores da obra

foram consideradas de bom tamanho se comparada com a realidade de outras barragens. Vários atingidos que preferiram a via judicial e não a negociação coletiva para definirem as indenizações, continuam sem receber indenizações e com seus processos tramitando na justiça.

No período da construção da barragem de Lajeado o MAB Nacional ainda não tinha redefinido sua estratégia voltada ao enfrentamento do capital para além da barranca do rio. Porém, algumas críticas passaram a ser feitas pelo MAB Nacional ao MAB/TO, pois ao centrar força na ação da Comissão Institucional, na qual participavam poucos atingidos, o Movimento optou por uma ação mais representativa do que participativa, levando a formação de um grupo especializado para o debate em detrimento de uma formação maior junto ao conjunto dos atingidos. Por isto que as manifestações públicas dos atingidos foram poucas.

Na atualidade o MAB/TO está presente em diferentes barragens que foram ou estão em construção no rio Tocantins, como Peixe Angical, São Salvador e Estreito, além de Lajeado. Esta territorialização do Movimento continua centrada, apenas, na luta por indenizações e localizadas nas barrancas do rio, não sendo incluídas nas atividades do Movimento, as ações de enfrentamento ao capital como discussão do preço da energia e ação junto aos trabalhadores urbanos.

---

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

ALMEIDA, J. **Movimentos alternativos e de contestação na agricultura: leitura do social, disputas e aspirações.** Porto Alegre, 1994 (mimeografado).

ARAÚJO, Rubens Milagre. **Uma retrospectiva a expansão do sistema elétrico na Bacia do Rio Tocantins, com estudo de caso na região de Lajeado – Palmas – Porto Nacional (TO), 1996-2003.** Campinas: Curso de Pós-Graduação da Faculdade de Engenharia Mecânica (Mestrado em Planejamento de Sistema Energético), Universidade de Campinas SP, 2003.

**BRASIL.** Minuta do Termo de Referência. Elaboração do Plano Estratégico de Recursos Hídricos da Bacia dos Rios Tocantins e Araguaia. Disponível em: <<http://www.ana.gov.br/gestaorecHidricos/PalnejHidrologico/docs/TDR-Araguaia-TocantinsRevmarco03.pdf>> acesso em 15.11.2004.

FERREIRA, L.A. **A geração de energia elétrica e os impactos socioambientais causados às populações rurais: a construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães.** Palmas: Monografia de Especialização (Planejamento e Gestão Ambiental), Fundação Universidade do Tocantins-UNITINS, 2003.

GONÇALVES JUNIOR, Dorival. **Reformas na indústria elétrica brasileira: a disputa pelas “fontes” e o controle dos excedentes.** 2007. Tese (Doutorado em Energia)- Instituto de Eletrotécnica e Energia, Escola Politécnica, Faculdade de Economia e Administração, Instituto de Física, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

GRZYBOWSKI, C. **Caminhos e descaminhos dos movimentos sociais no campo.** 3ª ed., Petrópolis: Vozes/FASE, 1991.

**INFORMATIVO do Movimento dos Atingidos Pela Barragem de Manso.** Chapada dos Guimarães (INFORMAB-Chapada)

**Movimento dos Atingidos por Barragens.** Curso de Formação de Militantes.

\_\_\_\_\_. A Organização do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB. **Cadernos de Formação n° 5.**

\_\_\_\_\_. A Crise do Modelo Energético. Construir um Outro Modelo é Possível. **Caderno n° 6.**

\_\_\_\_\_. MAB: Uma História de Lutas. Desafios e Conquistas. **Caderno n° 7.**

\_\_\_\_\_. Relatório de Vistoria aos Reassentamentos da Usina Hidrelétrica de Manso.

\_\_\_\_\_. Arquivos de panfletos, levantamentos e demais dados existentes na sede do MAB/TO.

MAGALHÃES, S B. Campesinato e Hidrelétricas: Uma Visão Sobre o 1º Encontro Nacional de Trabalhadores Atingidos por Barragens. IN: **Hidrelétricas, ecologia e progresso: contribuições para um debate.** Rio de Janeiro: CEDI, 1990.

OLIVEIRA, A U de. **A geografia das lutas no campo.** 6ª ed., São Paulo: Contexto, 1996. (Coleção Repensando a Geografia).

PINHEIRO, Daniele Carvalho. **Reestruturação do setor elétrico no Brasil e suas conseqüências no tratamento de questões sociais e ambientais: O Caso da Usina Hidrelétrica de Cana Brava, GO.** 2006. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006.

REIS, M. J. O Reassentamento de Pequenos Produtores Rurais: O Tempo da Reconstrução e Recriação dos Espaços. IN: **Hidrelétricas e populações locais.** Florianópolis: Ed. UFSC, 2001 p119-166.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de movimentos sociais.** São Paulo: Edições Loyola, 1996.

VIANNA, A. **Etnia e território: os poloneses de Carlos Gomes e a luta contra as barragens.** Rio de Janeiro: CEDI, 1992.

### **Informações bibliográficas:**

Conforme a NBR 6023:2002 da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), este texto científico publicado em periódico eletrônico deve ser citado da seguinte forma:

FOSCHIERA, Atamis Antonio. BATISTA, Lucione Sousa. THOMAZ JR, Antonio. ORGANIZAÇÃO E ATUAÇÃO DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: o caso do MAB/TO. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, vol. 10, n. 1, 30 jun. 2009. Disponível em: <<http://www.fct.unesp.br/ceget/pegada101/09atamis.pdf>>. Acesso em: \_\_.\_\_. 20\_\_.